

## **CAMARADAS E COMPLEXIDADE ENTRE LIVRES E POBRES: MATO GROSSO – PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX\***

*SENA, Divino Marcos de\*\**

### ***Introdução***

A composição da sociedade brasileira no século XIX era complexa. Constituída basicamente de escravos, livres e pobres, e senhores, a diversidade era visível até mesmo no interior dessas camadas. Existiam vários “senhores”, diferentes tipos de escravos (escravos de lavoura, escravos domésticos, escravos de ganho, escravos de jornais etc.) e de livres pobres (camaradas, agregados (as), pequenos (as) lavradores (as), trabalhadores (as) de ofício, soldados, condutores de tropa, mineiros pobres, domésticos (as), vendedoras de tabuleiros, quitandeiras, artesãos (ãs), lavadeiras etc.). Nessa última camada existiam pessoas brancas; negros livres; indígenas e seus respectivos descendentes; mestiços, denominados cabras, mulatos, crioulos, caborés, pardos etc. Moravam nos ambientes rurais, urbanos e militares; eram mulheres, homens e crianças etc.

Distinto também eram os níveis de pobreza. Indivíduos que faziam parte dessa camada social possuíam diferentes padrões de pequenas posses ou mesmo a ausência total delas. Tinham pessoas que com o seu trabalho, às vezes auxiliado pela família conseguiam acumular algum pecúlio e comprar um reduzido número de escravos (um, dois ou três), ou mesmo contratar os serviços de outros livres para ajudar na labuta diária. Enquanto havia, também, indivíduos que não tinham um pedaço de terra para morar e/ou trabalhar, viviam em casa de outrem, em troca de serviços a serem prestados.

Ao considerar tal complexidade na camada livre e pobre, este trabalho tem por objetivo apresentar algumas reflexões sobre aquela parcela da população, como, por exemplo, discutir como se deu a presença e participação de livres e pobres no Mato Grosso no período indicado. Além disso, procuro demonstrar que a heterogeneidade dos tipos humanos existia até mesmo entre pessoas que tinham uma mesma ocupação/profissão, como por exemplo, a de camarada.

### ***Presença de Livres e Pobres no Território de Mato Grosso***

---

\* Este trabalho corresponde a um fragmento da minha Dissertação de Mestrado intitulada *Camaradas: livres e pobres em Mato Grosso (1808-1850)*, Dourados: UFGD, 2010.

\*\* Mestrando em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Bolsista CAPES, Professor Substituto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus do Pantanal, e-mail – [divinosena@yahoo.com.br](mailto:divinosena@yahoo.com.br).

Os territórios atualmente correspondentes aos Estados de Mato Grosso, Rondônia e Mato Grosso do Sul fizeram parte das possessões portuguesas na América. Paulistas que circulavam a região desde o século XVII para prear mão-de-obra indígena para trabalhar como cativos nas lavouras de São Paulo descobriram nas margens dos rios Cuiabá e Coxipó, nas primeiras décadas dos setecentos, o metal precioso tão almejado desde os primórdios do processo de colonização ibérica nas Américas. O ouro atraiu comerciantes, mineradores, trabalhadores de ofício e todo tipo de pessoas com as mais distintas ocupações para a região das minas. A Coroa Portuguesa procurava garantir a posse daquelas terras mineira e fronteiriça, bastante ameaçada pela presença de castelhanos e por grupos indígenas que lá moravam antes mesmo da chegada dos europeus.

É nesse contexto que pode ser buscada a origem da presença de livres e pobres na citada região. Nas investidas empreendidas por paulistas para prear indígenas para trabalhar nas lavouras em São Paulo, ainda no século XVII, já era possível verificar a presença de livres e pobres circulando pela região que depois passaria a compor o território da capitania/província de Mato Grosso (MONTEIRO, 2005). Presença esta que foi intensificada após a organização das monções, que foram expedições fluviais organizadas para explorar os veios auríferos, bem como proporcionar o comércio e transporte de pessoas e produtos provenientes de Araraguaba (Porto Feliz-SP) a Cuiabá e vice-versa (HOLANDA, 1990; GODOY, 2002).

Trabalhadores de ofício, monçoeiros, militares, libertos, indígenas e todo tipo de pessoas que se direcionaram e se estabeleceram na região, inicialmente atraídas pelo ouro e depois empregadas em atividades ligadas a ambientes urbanos e rurais que se formaram na capitania e depois província de Mato Grosso, são os personagens que deram início à formação de um grupo complexo de homens e mulheres que não eram senhores nem escravos, mas que estavam na condição de livres e pobres. Ao levar em consideração a temporalidade do presente trabalho 1808-1850, quando me reportar ao período anterior a 1822 utilizarei o termo capitania, e para o subsequente o termo província, para me referir às unidades político-administrativas territorializadas.

Os livres e pobres poderiam ser especializados numa atividade, e/ou poderiam desenvolver atividades diversas para sobreviver. A especialização da mão-de-obra livre e pobre pode ser verificada no levantamento realizado por Luiz D'Alincourt para a província de Mato Grosso, no ano de 1828. Entre mestres, oficiais e aprendizes de ofícios mecânicos, os números eram os seguintes: 156 alfaiates, 215 carpinteiros, 8 caldeireiros, 99 ferreiros, 69

pedreiros, 28 ourives, 113 sapateiros, 24 seleiros, 2 sirigueiros e 5 latoeiros. Totalizando 719 indivíduos que realizavam ofícios mecânicos (ALINCOURT, 1828, p. 64).

Para além de um levantamento como aquele que foi realizado por Luiz D'Alincourt, é compreensível que tivesse número maior de trabalhadores livres e que possuíam outras especialidades. Nos processos crimes e cíveis, maços de população, inventários *post mortem*, relatos de viajantes e relatórios de presidentes de província, fontes estas cotejadas para minha Dissertação de Mestrado, consegui identificar diversas atividades que eram desenvolvidas por livres e pobres. Dentre uma infinidade de ocupações identificadas, menciono as seguintes: viver de agências, arrieiro, feitor, viver de lavoura, viver do que planta, canoeiro, vaqueiro, condutor de tropa, pescador, mineiro (a), lavadeira, vendedor(a) de tabuleiro, ferreiro, viver de criações e plantações, guia, tocador, caçador, tecelão, celeiro, viver de ajuste para prestar seus serviços, viver de seu trabalho, caixeiro, viver de minerar, carcereiro, taberneiro, guarda municipal, funileiro, roceiro etc. Essas informações são indicativas da especialização de livres e pobres em alguma atividade de trabalho e da participação daquela parcela da população na dinâmica interna da capitania/província de Mato Grosso.

As pessoas livres e pobres eram homens, mulheres e crianças. Da mistura entre brancos (europeus), negros (africanos) e nativos (indígenas), configurou-se uma sociedade composta por sujeitos com diferentes tonalidades de pele, que foram expressos em denominações mestiças. Para o território de Mato Grosso encontrei os seguintes termos utilizados para classificar indivíduos que eram provenientes da camada intermediária da população: branco, preto, índio, pardo, cabra, caboré e crioulo. Expressões estas que evidenciam as tonalidades da *cútis*, bem como a procedência e mestiçagem de livres e pobres na primeira metade dos oitocentos.

Diferente também eram os locais de origem daquelas pessoas. Por muito tempo, a historiografia referente ao Mato Grosso Colonial e Provincial enfatizou a idéia de isolamento da região. Isolamento este que não existia. A partir das pesquisas vinculadas à minha Dissertação de Mestrado, constatei que a região de forma alguma estava isolada, já que existia quantidade significativa de rotas de comunicação e comércio que garantia o contato de Mato Grosso com demais regiões do Brasil, bem como com as possessões estrangeiras com as quais a citada região fazia limites. Encontrei informações sobre pessoas que eram provenientes de Portugal, Bahia, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Pará, dos domínios estrangeiros vizinhos, e também, pessoas que nasciam no território da capitania/província de

Mato Grosso e nele permaneciam durante toda sua vida. Dados esses que reforçam a idéia de não-isolamento da região.

A população livre e pobre morava em ambientes urbanos, rurais, militares, e de mineração. Como seres humanos, partilhavam algumas semelhanças, mas, de forma alguma eram iguais, já que cada um tinha suas formas de pensar, agir, sentir, viver, interpretar, expressar, ou seja, eram diferentes, complexos e únicos.

Sendo assim, é permissível afirmar que a camada livre e pobre era complexa. Essa complexidade era visível também entre homens que tinham como ocupação a de camarada. Ou seja, o estudo de um único tipo de ocupação/profissão evidencia a heterogeneidade existente entre pessoas de uma camada social.

### ***Camaradas – Complexidade Numa Ocupação***

Verificada a complexidade entre livres e pobres, o estudo sobre camaradas foi possível, por meio de pistas, sinais, indícios encontrados na documentação. Abro um parêntese para mencionar que o estudo sobre pessoas pobres num tempo histórico distante deve ser realizado a partir de pequenas informações, pequenos indícios que foram deixados pelos produtores das fontes que, em sua maioria, eram indivíduos letrados e vinculados às elites políticas, econômicas e sociais. Como afirma Carlo Ginzburg em estudo já clássico sobre o paradigma indiciário, o ofício do historiador se assemelha com o do detetive, que a partir de pistas imperceptíveis num olhar corriqueiro e não especializado é possível entender a trama de uma situação vivenciada (GINZBURG, 2007). O estudo sobre livres e pobres, em especial os camaradas, se deu por meio de pequenos vestígios que revelaram a dinâmica vivida por pessoas da camada intermediária.

Porém, o que era ser camarada na capitania/província de Mato Grosso na primeira metade do século XIX? Atualmente o termo camarada serve para citar a outrem como colega, amigo, próximo, parceiro dentre outros sinônimos que expressam relações de amizade e coleguismo. No século XIX, a mesma palavra além de possuir esses significados era, também, utilizada para se referir a homens livres ou libertos pobres que viviam de acordos de trabalho para prestar serviços para uma pessoa que era chamada de patrão/patroa.

Os acordos de trabalho firmados entre as duas partes, patrão e empregado, estipulavam a(s) atividade(s) a ser(em) realizada(s), o valor do pagamento a receber, a temporalidade do ajuste etc. A duração dos acordos poderia ser de algumas semanas, do tempo da condução de uma tropa, o período de uma plantação, ou de uma colheita, por

exemplo. Mas, existiam acordos que duravam mais tempo que a realização de um serviço temporário.

Os camaradas estavam presentes nos meios urbanos e rurais da capitania/província de Mato Grosso no desenvolver de todo tipo de atividade, eram encontrados também nas áreas de mineração, contratados por mineiros (as). Os camaradas nos ambientes urbanos poderiam ser vistos morando nos arredores das cidades e vilas, ou na casa de seus patrões. Em Cuiabá eram contratados por famílias que possuíam ou não escravos, para desenvolver diversos tipos de atividades como transporte de todo tipo de carga, serviços de pedreiro, ferreiro, marceneiros etc. (VOLPATO, 1993). Enquanto que nos ambientes rurais eles estavam presentes em propriedades com lavoura, criação de gado vacum e cavalari, engenhos, em atividades de extração, nas explorações pelo território, nas vias terrestres e fluviais etc.

Trabalhar como camarada poderia ser um meio para conseguir elementos para garantir a subsistência de si como também, para aqueles que eram casados, de suas respectivas famílias. Para diferentes localidades que compunham o território de Mato Grosso, consegui identificar que existiam camaradas solteiros e casados. Somente para o Distrito de Serra Acima, atual município de Chapada dos Guimarães – MT, dos oitenta camaradas elencados no Mapa de População de 1809, 15 eram casados e 63 eram solteiros, sendo que para 2 não apareceram tal informação. Não identifiquei as causas do diferencial entre os números de solteiros e casados, mas o que ele nos revela, pelo menos para a região de Serra Acima em 1809, é que o número de camaradas solteiros era maior em relação aos casados, e que trabalhar como camarada era um meio para garantir a subsistência daqueles homens e, para os que eram casados, de suas respectivas famílias formadas por esposas e filhos. Além de que camaradas estavam em propriedades agrícolas com presença ou não de escravos, tendo em vista que Serra Acima na primeira década do século XIX possuía número superior de cativos em relação à população livre (MAPA DE POPULAÇÃO DO DISTRITO DE SERRA ACIMA, 1809).

Nas fontes consultadas foi perceptível que trabalhar como camarada era uma ocupação de homens com diferente faixa etária. Tomando os mapas de População do Distrito de Serra acima (1809) e da freguesia de Nossa Senhora de Brotas (1838)<sup>1</sup>, podemos verificar essas diferenças.

---

<sup>1</sup> A freguesia de Nossa Senhora de Brotas correspondia ao atual território do município de Acorizal-MT.

Tabela 1: Faixa etária de camaradas

<b>Faixa etária</b>	<b>Até 19 anos</b>	<b>20 a 29 anos</b>	<b>30 a 39 anos</b>	<b>40 a 49 anos</b>	<b>50 a 59 anos</b>	<b>60 a 69 anos</b>	<b>70 em diante</b>
<b>Distrito de Serra Acima (1809)</b>	16	23	16	13	8	3	1
<b>Freguesia de Nossa Senhora de Brotas (1838)</b>	5	12	6	2	.....	.....	.....
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>35</b>	<b>22</b>	<b>15</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>1</b>

Fontes: Fontes: *Mapa de População do Distrito de Serra Acima*, tirada pelo Capitão da 3ª Companhia das Ordenanças Apolinário de Oliveira Gago. 1809. BR MTAPMT.SG. MAP. 4440 CAIXA Nº 075 | Referência Anterior: S/Nº Fundo: Governadoria Lata: 1809.; *Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora das Brotas, 1838*. Lata 1838. APMT.

Trabalhar como camarada poderia começar cedo, por exemplo, com a idade de 12 anos, situação em que se enquadrava Manoel Roiz em 1809, (MAPA de População do Distrito de Serra Acima, 1809) e outro Manoel em 1838 (MAPA de População da freguesia de Nossa Senhora de Brotas, 1838). Nos Processos Crimes e Cíveis (1822-1850) e nos citados Mapas de População existem menção a camaradas de diferentes faixas etárias, entre: 12 e 25 anos, 25 e 50 anos, 50 e 60 anos, e até mesmo 70 anos de idade. Conforme os dados da tabela acima, a maioria dos homens que trabalhavam como camaradas no distrito de Serra Acima e freguesia de Nossa Senhora de Brotas, para o período mencionado, tinham entre 20 e 29 anos de idade, seguidos por aqueles de entre 30 e 39 anos, e até 19 anos. Essas informações nos dão pistas de que a maioria dos camaradas, ao menos naquelas localidades e período indicado nos mapas de população, possuía idades ativas e possivelmente força física para desenvolver determinadas atividades. Daí a maioria dos homens que trabalhavam como camaradas nas duas localidades possuíam idades abaixo de 50 anos.

Na população de Mato Grosso e dentre os camaradas para o período estudado, era visível a presença indígena. Expulsos de suas terras, os indígenas das diferentes etnias que habitavam a região, foram dizimados, reduzidos em missões e explorados no decorrer de todo o processo de ocupação do território. Presentes na sociedade que se formou na região mais central da América do Sul, no convívio com o branco e o negro deram origem a mestiços. A participação indígena foi importante na configuração sócio-cultural do Brasil.

Era comum a presença de índios Guaná em Cuiabá desenvolvendo atividades onde recebiam em troca certa quantia em dinheiro (CASTELNAU, 2000, p. 355-356). Índios dos grupos Layana, Guaicuru e Guachim viviam, em 1847, como agregados ou camaradas nas fazendas vizinhas ao Presídio de Miranda (LOPES, 1844-1847, p. 172). Alguns bororo trabalhavam nas fazendas de gado próximas aos rios Jaurú e São Lourenço. Índios

Mundurucu, Apiacá ou pertencentes a outros grupos, trabalhavam na navegação fluvial entre Mato Grosso e Pará tanto no percurso pelo rio Arinos (CASTRO, 1812-1813, p. 137) como pelos rios Madeira, Mamoré e Guaporé (COUTINHO, p. 47).

Os indígenas poderiam ser contratados como camaradas para trabalhar nos afazeres de remeiros, vaqueiros, lavradores, na extração da poaia, nos serviços de condução, na abertura de estradas, explorações pelo interior do território etc.

Além de indígenas, foi perceptível que a mestiçagem estava presente entre homens que trabalhavam como camaradas. Em alguns dos processos crimes consultados foram informadas as características físicas dos depoentes (réus, testemunhas, vítimas), sendo alguns dos camaradas descritos como: crioulo ou pardo (PROCESSO 124, 1832; PROCESSO 135, 1836; PROCESSO 138, 1837). No Mapa de População de 1838 da freguesia de Nossa Senhora das Brotas, distrito de Cuiabá, foram arrolados 26 homens que trabalhavam como camaradas e especificados com as seguintes denominações.

Tabela 2 – Freguesia de Nossa Senhora de Brotas (1838)

Especificação	Pardo	Caboré	Crioulo	Branco	Não informado	Total
<b>Camarada</b>	15	6	3*	1	1	26

\* Um camarada incluído neste grupo foi descrito com a letra “C”, não especificando se era caburé ou crioulo, já que os dois tipos foram referidos em outras partes do documento com a mesma letra, porém, havia uma especificação anterior que dava a entender se eram caburés ou crioulos, enquanto que para o referido caso, não houve, o que dificultou a identificação do mesmo. *Fonte: Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora das Brotas, 1838. Lata 1838. APMT.*

Como fica evidente na tabela acima, a maioria dos camaradas relacionados, ao menos em Brotas, eram mestiços, o que não excluía a presença de brancos em tal atividade. Segundo o *Vocabulário português e latino* de Raphael Bluteau, crioulo era escravo nascido na casa do seu senhor, um descendente de negro africano nascido no Brasil (BLUTEAU, 1712-1728). No *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, crioulo significa todo indivíduo negro; pode se referir tanto a um negro nascido na América, como aos nativos de determinada região, ou ao escravo nascido na casa de seu senhor (FERREIRA, 2004, p. 57). Porém, no caso do camarada identificado no processo crime o termo crioulo foi usado para se referir à ancestralidade e a cor da pele do indivíduo, sendo filho de negro africano e com a tez escura, ou seja, era um livre ou liberto. Já no caso do pardo conforme Bluteau é uma “cor entre branco e preto, própria do pardal, donde lhe veio o nome [...]” e no caso do homem pardo, pede para ver o verbete mulato, que se referia a “filha e filho de branco e negra, ou de negro e de mulher branca. Este nome mulato vem de Mú, ou mulo, animal gerado de dois outros de diferentes espécies” (BLUTEAU, 1712-1728). Para a capitania de Mato Grosso, mulatos ou

caborés eram designações sociais para se referirem aos cruzamentos de negros e índios (SILVA, 1995).

Hebe Maria Mattos de Castro em estudo sobre os significados da liberdade no sudeste escravista do Brasil discute que a literatura sobre o assunto, em geral, considera pardo como aquele com pele mais clara (ou menos escura) do mestiço, como sinônimo de mulato. A autora, ao consultar os processos criminais e cíveis correspondentes à região por ela estudada, constatou que todas as testemunhas nascidas livres foram qualificadas como brancas ou pardas. Ela ressalta que no período colonial e no século XIX o termo pardo no Sudeste não era utilizado apenas como referência à cor da pele mais clara do mestiço, mas antes era usada como uma maneira de marcar uma diferença social, que variava conforme o caso, na condição mais geral de não-branco. Para Hebe Mattos,

[...] o qualificativo ‘pardo’ sintetizava, como nenhum outro, a conjunção entre classificação racial e social no mundo escravista. Para tornarem-se simplesmente ‘pardos’, os homens livres descendentes de africanos dependiam de um reconhecimento social de sua condição de livres, construído com base nas relações pessoais e comunitárias que estabeleciam [...]. (CASTRO, H. M. M, 1995, p. 35).

Porém, para a capitania/província de Mato Grosso na primeira metade do século XIX, o termo pardo parece que era utilizado mais como uma referência à cor da pele e/ou à ancestralidade africana dos indivíduos, já que nas fontes consultadas encontrei referências a escravos pardos. Além do termo pardo(a), existia as seguintes terminologias para escravos (as): preto(a), crioulo(a), cabra, mulato(a) e caboré (MAPA DE POPULAÇÃO DO DISTRITO DE SERRA ACIMA, 1809; MAPA DE POPULAÇÃO DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DE BROTAS, 1838). Essas especificações demonstram que se tratava de escravos mestiços. Ainda para os escravos, encontrei as seguintes especificações: Nação Congo, Nação Mina, Benguela, Nação Nagô, Nação Monjolo, Nação Angola, Nação Moçambique, denominações essas que vinham junto ao nome dos cativos e podemos supor que estivessem relacionadas com seus respectivos locais/etnias de origem (MAPA DE POPULAÇÃO DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DE BROTAS, 1838).

Numa sociedade em que a cor da pele, as características físicas, e o lugar de origem das pessoas poderiam ser referenciais de escravidão ou liberdade – ser branco era ser livre, enquanto que pretos e mestiços poderiam ser livres, libertos ou escravos. Além disso, serviam como referenciais de identificação, como uma extensão do nome, em alguns casos, mencionados como o sobrenome de uma pessoa, como era o caso dos camaradas Thomás Índio, 42 anos, homem casado; Joaquim Angola, homem solteiro de 70 anos de idade; Felipe

Caburé, solteiro de 30 anos de idade; Mariano Castelhana, casado, 30 anos e Antonio Preto, solteiro, 55 anos (MAPA DE POPULAÇÃO DO DISTRITO DE SERRA ACIMA, 1809).

Região de fronteira e de mineração (JESUS, 2006), que num primeiro momento serviu como divisor das possessões das Coroas Portuguesa e Espanhola, e depois entre o Império do Brasil e as Repúblicas Boliviana e Paraguai, Mato Grosso era um espaço que mantinha contato com as possessões estrangeiras vizinhas. Não raro era o caso de imigrantes que procuraram a Capitania/Província para tentar sobreviver, como foi o caso de Mariano Castelhana que trabalhava como camarada no distrito de Serra Acima em 1809.

As relações trabalhistas estabelecidas entre patrões e empregados também eram diversas. Nos meus estudos verifiquei que os camaradas estavam inseridos numa infinidade de ajustes de trabalho. Existiam camaradas que abandonavam serviços, que estavam envolvidos em acordos temporários ou mais duradouros, que moravam ou não na propriedade do patrão etc. Alguns daqueles homens livres mantinham proximidade estreita com o contratante, já para outros, os conflitos tomavam conta das relações. Discórdias eram geradas por diferentes fatores como exploração por parte do patrão nos acordos de trabalho, e fuga de camarada que acabava não finalizando o serviço para o qual tinha sido contratado, por exemplo.

Essas situações são reveladoras da complexidade social do Mato Grosso na primeira metade do século XIX, e das situações de trabalho em que camaradas poderiam estar envolvidos.

A presença de homens que eram identificados e que se auto-identificavam como camaradas foi significativa em diversas localidades do Mato Grosso. Com citado anteriormente, camaradas estavam presentes em vários tipos de atividades que eram desenvolvidas na citada região no período indicado. Por exemplo, em Serra Acima, distrito com considerável concentração de engenhos de aguardente, açúcar e lavouras de gêneros consumidos em Cuiabá, de um total de 476 indivíduos que declararam suas ocupações, trabalhar como camarada era a segunda maior ocupação daquela localidade, correspondente a 16,85 % do total das ocupações elencadas, perdendo somente para pessoas que declararam viver de lavoura (lavradores/lavradoras). No distrito de Serra Acima eles trabalhavam tanto em propriedades agrícolas, como também eram contratados por patrões que tinham por ocupação a mineração e viver de agências (MAPA DE POPULAÇÃO DO DISTRITO DE SERRA ACIMA, 1809).

Em outras partes do Mato Grosso eram contratados para desenvolver atividades de condução de tropa, serviços de vaqueiros, remadores, guias etc. Em Vila Maria (hoje cidade de Cáceres-MT), nas margens dos rios do Alto Paraguai, do Sepotuba, Vermelho e

Cabaçal, trabalhavam na extração da ipecacuanha ou poaia, que era uma planta de grande aceitação no mercado da Corte. Usada com viés medicinal, suas raízes contém um poderoso estimulante vomitivo e tratamento de infecções intestinais e das vias respiratórias, e inclusive era um dos principais produtos exportáveis da província de Mato Grosso na primeira metade do século XIX (DISCURSO, 1836, p. 12; DISCURSO, 1846, p. 24).

O presidente José Antonio Pimenta Bueno (1836-1837) em discurso recitado na Assembléia Legislativa Provincial, em 1837, mencionou que era grande “número de camaradas que concorrem á colheita da poaia” (DISCURSO, 1837, p. 17). Os camaradas empregados naquele serviço iam em busca de trabalho que lhes garantissem certa quantia em dinheiro e alimento diário. Na condição de livres e pobres foram empregados, no caso da extração da ipecacuanha, em atividades que evitavam o uso de escravos. A entrada nas matas poderia ser um atrativo para a fuga de cativos, enquanto que a utilização do trabalhador livre seria mais viável, já que no final de um dia de trabalho deveria apresentar certa quantia da planta extraída.

Camaradas nas propriedades de criação de gado trabalhavam nos afazeres de vaqueiro. O serviço correspondia à condução e trato do gado, era uma modalidade de trabalho desenvolvida, também, por livres pobres, mas, isso não isenta a presença de cativos naquelas atividades. As fazendas de gado já eram presentes na capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII, e sua expansão se deu no decorrer da primeira metade do século XIX (FALLA, 1839, p. 75), com a gradativa criação de gado nas regiões de Vila Maria, Poconé, Presídio de Coimbra, Albuquerque, Miranda, e no planalto sul de Mato Grosso, o que não isentava a existência de fazendas de criação em outras partes da capitania/província.

Nas propriedades com plantação de cana, feijão, mandioca, milho e demais gêneros alimentícios, era possível encontrar camaradas nos afazeres de lavoura, no trato de animais e no transporte dos gêneros produzidos e cultivados. Diferente do serviço vaqueiro, que na maioria das vezes estava empenhado somente no trato do gado, o camarada que trabalhava em fazendas com plantações era visto realizando diversas atividades que circunscrevia à propriedade, como o plantio, colheita e transporte, por exemplo. Eram contratados para trabalhar em propriedades que tinham escravos, como também naquelas que não os possuíam. Para o primeiro caso, a convivência entre livres e cativos fazia parte do cotidiano.

Além das atividades de extração da ipecacuanha e das propriedades de criação de gado e de lavoura, camaradas trabalhavam nas vias terrestre e fluvial, na exploração pelo território, nas bandeiras para reprimir ataques indígenas, nas aberturas de estradas etc.

## ***Considerações Finais***

Pelo que foi apresentado, verifica-se a complexidade existente entre pessoas que tinham uma mesma ocupação, como a de camarada. Indivíduos que possuíam diferenças não apenas nas características físicas, no estado civil, nas faixas etárias, nos locais de origem, nos tipos de acordos de trabalho que firmavam, mas também, nos distintos afazeres e nas relações tecidas no cotidiano.

Para estudar a camada livre e pobre nos oitocentos é necessário considerar sua complexidade e evitar generalizações. Pessoas que faziam parte daquele estrato social, mesmo discriminadas pelas elites, tiveram participação na configuração social, econômica e cultural da capitania/província de Mato Grosso durante a primeira metade do século XIX.

## ***Referências***

ALINCOURT, Luiz D'. *Resultado dos trabalhos de indagações estatísticas da província de Mato-Grosso por Luiz D'Alincourt, sargento-môr engenheiro, encarregado da comissão statistica topográfica acerca da mesma província, Cuyabá 1828: Secção Segunda – Statistica Política e Civil*. In: Annaes da Bibliotheca Nacional. Rio de Janeiro: 1880-1881. Vol. VIII, p. 39-142.

BLUTEAU, Raphael de. *Vocabulário portuguez e latino – 1712-1728*. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/online/>. Acesso: mar. 2009.

CASTELNAU, Francis. *Expedições às regiões centrais da América do Sul*. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia, 2000.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CASTRO, Miguel João de; FRANÇA, Antonio Thomé de. Abertura de comunicação commercial entre o Districto de Cuyabá e a cidade do Pará, por meio da navegação dos rios Arinos e Tapajós, empreendida em setembro de 1812 e realisada em 1813 pelo regresso das pessoas que nessa diligência mandou o governador e capitão-general da capitania de Mato-Grosso. In: *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXI. Parte Primeira. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Livreiro-Editor, 1868. p. 107-160.

COUTINHO, Francisco de Sousa. Informação sobre o modo porque se effectua a navegação do Pará para Mato Grosso, e o que se pode estabelecer para maior vantagem do commercio e do Estado. In: *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXVIII. Parte Primeira. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Livreiro-editor, 1865. p. 38- 69.

*Discurso que recitou o presidente Estevão Ribeiro de Resende, presidente da província de Mato Grosso, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 1º de março de 1840*. Cuiabá: Tipografia Provincial, 1840. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/mato.htm>. Acesso: 17 ago. 2008.

*Discurso recitado pelo Exm. Presidente da província de Matto Grosso, José Antonio Pimenta Bueno, na abertura da terceira sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em o dia 1º de março de 1837.* Cuiabá: Typographia Provincial, 1845. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/mato.htm>. Acesso: 17 ago. 2008.

*Discurso recitado pelo presidente da província de Mato Grosso, José Antonio Pimenta Bueno na abertura da sessão extraordinária na Assembléia Legislativa Provincial, em 30 de novembro de 1836.* Cuiabá: Tipografia Provincial, 1845. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/mato.htm>. Acesso: 17 ago. 2008.

*Fala com que o Presidente da província de Mato Grosso fez abertura da segunda sessão ordinária da segunda legislatura da Assembléia Provincial no dia 2 de março de 1839.* [Manuscrito] Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/mato.htm>. Acesso: 17/04/2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. Tradução de Frederico Carotti. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 143-179.

GODOY, Silvana Alves de. *Itu e Araritaguaba na rota das monções (1718-1838)*. 2002. 235 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica). UNICAMP, Campinas.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

JESUS, Nauk Maria de. *Na Trama dos Conflitos. A administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778)*. 2006. 439 f. Tese (Doutorado em História). ICHF/UFF, Niterói.

LOPES, Joaquim Francisco; ELLIOTT, João Henrique. Itinerario das viagens exploradoras compreendidas pelo Sr. Barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da vila de Antonina e o Baixo Paraguai na província de Mato Grosso: feitas nos anos de 1844 a 1847 pelo sertanista o Sr. Joaquim Francisco Lopes, e descriptas pelo Sr. João Henrique Elliott. In: *Revista Trimensal de História e Geographia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Segunda série. Tomo terceiro. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Lemmert, 1848. p. 153-177.

*Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora das Brotas, 1838.* Lata 1838. APMT.

*Mapa de População do Distrito de Serra Acima*, tirada pelo Capitão da 3ª Companhia das Ordenanças Apolinário de Oliveira Gago. 1809. BR MTAPMT.SG. MAP. 4440 CAIXA Nº 075 | Referência Anterior: S/Nº Fundo: Governadoria Lata: 1809.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

*Processo 124*, caixa 05, 1832. Fundo Tribunal da Relação. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT).

*Processo 135*, Caixa 05, 1836. Fundo Tribunal da Relação. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT).

*Processo 138*, caixa 05, 1837. Fundo Tribunal da Relação. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT).

SILVA, Jovam Vilela da. *Mistura de cores* : política de povoamento e população na capitania de Mato Grosso-Século XVIII. Cuiabá: UFMT, 1995.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão*: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850/1888. Cuiabá: Marco Zero, 1993.